



MINISTÉRIO DA DEFESA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL

**ABERTURA DE VOLUME E AUTUAÇÃO**

Em 20/03/2024, abro o volume I e autuo ao presente processo de nº 62051.001410/2024-13 os seguintes documentos:

1 – Documento de Formalização da Demanda;	Fl 2 e 3
2 – Nota Técnica de Pesquisa de preço e anexos;	Fl 5 a 19
3 – Termo de Autorização;	Fl: 20
4 – Termo de Referência;	Fls 21 a 26
5 – Declaração de Inexistência de Fracionamento;	Fl 27
6 – Portaria nº 70/2024 – Agente de Contratação;	Fl 28
7 – Portaria nº 218/2023 – Ordenador de Despesa;	Fl 29
8 – Portaria nº 75/2024 – Equipe de Planejamento;	Fl 30 a 32
9 – Aviso de Contratação Direta;	Fls 33 a 39
10 – Lista de Verificação	Fls 40 a 41

  
PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA  
Primeiro - Tenente (IM)  
Ajudante da Divisão de Intendência



**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**  
**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**



<b>(INCISO VIII, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)</b>	
<b>UNIDADE REQUISITANTE:</b> Hotel de Trânsito da Marinha em Ladário (HTMLa)	
<b>AGENTE RESPONSÁVEL:</b> CB-AR EDUARDO VEADRIGO VILASANTE	<b>MATRÍCULA:</b> 05.0654.45
<b>E-MAIL:</b> silva.gilson@marinha.mil.br	<b>TELEFONE:</b> (67) 3234-1051
<b>Dispensa Eletrônica - Quando Utilizar - Caso não utilizar (excluir)</b> Previsto no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021. II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão <b>preferencialmente</b> precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.	
<b>JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INCISO I, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)</b>  O HTMLa recebe anualmente aproximadamente 300 hóspedes, e atualmente está realizando uma reforma visando ampliação dos quartos e melhoria no atendimento aos hóspedes. Além disso no salão nobre do HTMLa ocorrem eventos institucionais em que são empregadas mesas bistrôs, e devido a quebra de uma delas, surgiu a necessidade da compra de tampão de vidro. Decorrente da reforma surgiu a necessidade de instalação de 6 ares-condicionados de 12.000BTU.  Outro ponto relevante é a necessidade de troca de roupa de cama para as camas de casal, pois as mesmas foram utilizadas por tempo considerável, apresentando desgastes e manchas.	
<b>DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO (INCISO II, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)</b>  A aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampão de mesa.	
<b>QUANTIDADE A SER CONTRATADA (INCISO III, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)</b>  Detalhamento item 1: 38 Tubo de cobre ¼ 21 Tubo de cobre 3/8 17 Tubo de cobre ½ 19 Barra isotubo ¼ 11 Barra de isotubo 3/8	

9 Barra de isotubo de ½  
 44 Cabo pp 4x2, 5mm  
 10 Fita PVC 10mt x 100mm  
 40 Bucha s10 com parafuso sextavado e arruela lisa  
 34 Bucha s8 com parafuso sextavado  
 60 Mangueira cristal 5/8x2mm  
 1 Gás Refrigerante R32 cilindro de 3kg  
 10 Lençol de casal com Elástico  
 1 Vidro Temperado Blindex 10mm.

Item	PDM	CATMAT	Descrição detalhada	UF	QTE	V.UN	V.TOTAL
1	16936	376452	Materiais para instalação/manutenção dos ares-condicionados, conforme detalhado no item 1.3 deste instrumento.	UN	01	R\$ 4.563,50	R\$ 4.563,50
2	14435	603589	Gás Refrigerante Tipo: R32 Apresentação: Botija De 3,0 Kg. Elemento Básico: Odp Zero, 1/3 Do Gwp Dos Refrigerantes R22 E R410a Características Adicionais: Baixa Inflamabilidade E Baixa Toxicidade (Similar ao Gás Refrigerante R32 Cilindro De 3KG - G166826 - EOS)	UN	01	R\$ 500,23	R\$ 500,23
3	751	485347	Lençol de casal com Elástico na cor branca, acima de 200 fios (mais durável), 100% algodão medindo 1,98M de comprimento x 1,58M de largura	UN	10	R\$ 122,60	R\$ 1.226,00
4	13702	486675	Vidro Temperado Blindex, formato circular, 10mm de espessura, Diâmetro 0,6m para mesa bistrô.	UN	01	R\$ 279,79	R\$ 279,79
TOTAL							R\$ 6.569,52

**ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO (INCISO IV, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)**

Valor da despesa R\$ 6.569,52.

Conforme nota técnica da pesquisa de preço, mapa comparativo e orçamentos.

**DATA PREVISTA PARA A CONTRATAÇÃO (INCISO V, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)**

29/03/2024

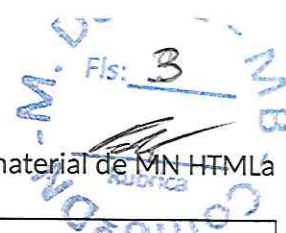
**GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA (INCISO VI, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)**

médio

**INDICAÇÃO DE OUTRAS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS (INCISO VII, ART.8º DO DECRETO 10.947/2022)**

Não há contratações correlatas com a contratação, pois a instalação dos ares-condicionados ocorrerá por militares da Organização Militar.





**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO (ART. 72, INCISO I, LEI 14.133/2021) (SE FOR O CASO)**

Conforme o inciso I, do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e inciso I, do Art. 5º, da IN 67/2021, a apresentação dos documentos acima descritos é dispensável e de devido ao valor do objeto a ser adquirido, encontrar-se dentro dos limites estabelecidos nos incisos II, do Art. 75, da Lei 14.133/2021 e tendo como base os princípios da eficiência, da eficácia, da celeridade e da economicidade, optou-se por dispensar a confecção do estudo técnico preliminar e mapa de riscos.

**INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

3ºSG-FN-IF 07.3668.17 SAMUEL MOREIRA CHALEGA; e  
CB-AR 05.0654.45 EDUARDO VEADRIGO VILASANTE.

Ladário, MS, 21 de março de 2024.

EDUARDO VEADRIGO VILASANTE  
Cabo (AR)  
Responsável pela Área Demandante



Enviar DFD para Divisão de Intendência.

**INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

Indicar a fonte orçamentária que será utilizada para a contratação.

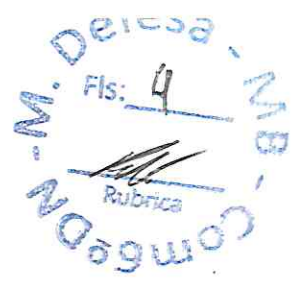
- 5.1. Ação Interna Z4C35LA;
- 5.2. Fonte de Recursos (FR) 10000000000;
- 5.3. Natureza de Despesa (ND) 339030;
- 5.5. Programa de Trabalho Resumido (PTRES) 174672;

**PARECER JURÍDICO**

Conforme previsto na Orientação Normativa AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021:

“NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021.”

PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA  
Primeiro-Tenente (IM)  
Ajudante da Divisão de Intendência



**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**  
**TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DE ITENS**

Conforme alínea b, inciso V do art. 40 da Lei 14.133/2021, existe a previsão do princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. E conforme §§ 2º e 3º do art. 40 da Lei 14.133/2021:

*“§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*

*I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*

*II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e*

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

*§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*


*III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”*

O objeto da contratação é a aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ar-condicionados, roupas de cama, tampão de mesa blindex. Com o objetivo de proporcionar maior conforto aos hóspedes e suas respectivas famílias.

Foi adotado um agrupamento de itens para o item 1 do Termo de referência visando diminuir o risco da contratação, pois no caso da opção do parcelamento poderia acarretar o não atendimento da necessidade da contratação, pois caso algum item não fosse homologado

Continuação do Termo de justificativa para grupamento de itens de "refrigeração" prejudicaria o atendimento da necessidade que é a instalação do ar-condicionado, o que se enquadra no inciso II, §3º do art. 40 da Lei 14.133/2021 e também pode ocorrer perda de economia de escala, o que se enquadra no inciso I, §3º do art. 40 da Lei 14.133/2021. Ademais, o fornecimento agrupado dos itens também visa padronizar a qualidade dos materiais a serem adquiridos, o que se enquadra no inciso III, §3º do art. 40 da Lei 14.133/2021. Dessa forma esta Administração aplicará os incisos I, II e III do §3º, do art. 40 da Lei 14.133/2021 como base legal para não adotar o parcelamento, pois é mais vantajoso e atende as necessidades da contratação e o objeto constitui sistema único por se tratar de materiais para instalação de ares-condicionados de 12.000BTU.

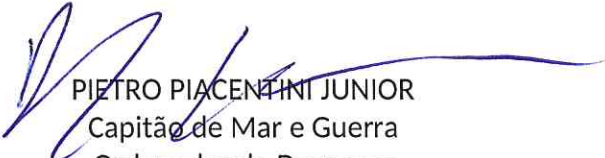
Ladário, MS, em 21 de março de 2024.



PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA  
Primeiro-Tenente (IM)  
Ajudante da Divisão de Intendência

**AUTORIZO:**

Ladário, MS, em de março de 2024.



PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas





**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**  
**NOTA TÉCNICA**

**I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados e manutenção da reforma dos quartos do HTMLa.

**II - FONTES CONSULTADAS**

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II, III e IV da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Não foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II, da IN SEGES/ME nº 65/2021, porque no item um, CATMAT 376452 - Peças E Acessórios Aparelho Ar Condicionado, Tipo: Grade Frontal, Material: Plástico, não é refletido o conjunto de itens da contratação, conforme o item 1.3 do Termo de Referência, sendo necessário realizar a pesquisa direta com fornecedor local. No item 4 os valores registrados no sistema "Pesquisa de Preço" não refletem a necessidade desta contratação.

**III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS**

3.1. Planilha com preços coletados em anexo.

**IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no menor preço por item para o item 1, pois para esses casos a pesquisa direta com fornecedor registrou o menor preço e se deu também com base na média para os itens 2, 3 e 4, pois para esses itens foram empregados valores retirados da internet.

**V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO**

5.1. O preço estimado da contratação é **R\$ 6.569,52**, conforme mapa comparativo de preço em anexo.

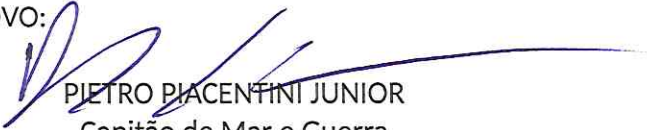
5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a in seges/me nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é COMPATÍVEL com os praticados no mercado.

**VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS**

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

  
EDUARDO VEADRIGO VILASANTE  
CB-AR  
Equipe de Planejamento

Ladário-MS, 22 de março de 2024.

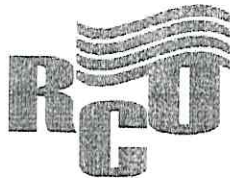
APROVO:   
PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesas

### Mapa Comparativo de Preços

Justificativa para a metodologia utilizada (parâmetros 3 e 4)/ menor preço). Justificativa apontadas no Anexo deste Mapa

**EDUARDO VEADRIGO VILASANTE**  
Cabo-AR  
Setor Requisitante

Setor Requisitante



REFRIGERAÇÃO CENTRO OESTE 7

CNPJ 86896529/0001-50

Tel: 67 3231 7082



Orçamento

Ao

COMANDO DO SEXTO DISTRITO NAVAL LADARIO

CNPJ 00.394.502/0051-03

Quant	Descrição	Valor unit	Total
38mt	Tubo de cobre 1/4	22,00	836,00
21mt	Tubo de cobre 3/8	36,00	756,00
17mt	Tubo de cobre 1/2	48,00	816,00
19	Barra isotubo de 1/4	7,00	133,00
11	Barra isotubo de 3/8	7,50	82,50
9	Barra isotubo de 1/2	8,00	72,00
44mt	Cabo pp 4x2,5mm	20,00	880,00
10	Fita pvc 10mt x 100mm	10,00	100,00
40	Bucha s10 com parafuso sextavado e arruela lisa	2,50	100,00
34	Bucha s8 com parafuso sextavado	2,00	68,00
60mt	Mangueira cristal 5/8x2mm	12,00	720,00
1	Ampla gas R32 9,5KG	1315,00	1315,00

TOTAL ORÇADO 5.878,50  
Orçamento valido por 30 dias

86.896.529/0001-50

PALMEIRA & DARMANCEFF LTDA-ME

Rua: Curitiba, Nº 750

(Esquina Rua Ladário)

CENTRO - CEP: 79.302-060

CORUMBÁ - MS

Corumbá 22 de fevereiro de 2024

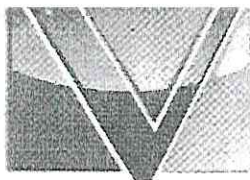


PALMEIRA & DARMANCEFF LTDA

6 or- cond de 17.000







# Versátil Comércio Representação & Serviços Ltda

Cnpj 09.663.596/0001-84  
Rua Ladário 769, Centro -CORUMBA



FRE POSTA COMERCIAL

Ao

Comando do 5º Distrito Naval de Ladário

CNPJ 00394502/0051-03

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR	TOTAL
1	38	Mts cano de cobre de 1/4	23,00	874,00
2	21	Mts cano de cobre de 3/8	37,00	777,00
3	17	Mts cano de cobre de 1/2	49,00	833,00
4	19	Isotubo de 1/4 barra com 2mts	8,00	152,00
5	11	Isotubo de 3/8 barra com 2mts	8,70	95,70
6	9	Isotubo de 1/2 barra com 2 mts	9,00	81,00
7	44	Mts cabo pp 4 x 2,5mm	22,00	968,00
8	10	Rolo de fita pvc 10mt x 100mm	11,00	110,00
9	40	Bucha s10 e parafuso s10 sextavado com arruela lisa	2,65	106,00
10	34	Bucha s8 e parafuso s8 sextavado	2,20	74,80
11	60	Mts mangueira cristal 5/8 x 2mm	12,80	768,00
12	1	Ampola de gas R32 com 9,5kg	1345,00	1345,00

TOTAL DA PROPOSTA R\$ 6.184,50

Validade da proposta 30 dias



Corumbá, 22 de fevereiro de 2024

RUA: LADÁRIO, 769 / FONE: 0\*\*\*(67) 9904-7208 / CEP: 79303-030 / CENTRO / CORUMBÁ - MS

**AR REFRIGERAÇÃO LTDA ME**

RUA: FREI MARIANO 899

Centro

CEP. 79300-004

TEL. (67) 3232-8530

E-mail: [agildorefrig@brturbo.com.br](mailto:agildorefrig@brturbo.com.br)

CNPJ. 12409288/0001-31

**ORÇAMENTO**

Ao

Comando do sexto distrito naval em Ladário

Cnpj 00394502/0051-03

QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	TOTAL
38	Metros cobre de 1/4	25,00	950,00
21	Metros cobre de 3/8	40,00	840,00
17	Metros cobre de 1/2	52,00	884,00
19	Barra de isotubo de 1/4	9,00	171,00
11	Barra de isotubo de 3/8	9,50	104,50
9	Barra de isotubo de 1/2	10,00	90,00
44	Metros de cabo pp 4x2,5mm	24,00	1056,00
10	Rolo de fita pvc 10mt x 100mm	12,00	120,00
40	Bucha com parafuso sextavado e arruela lisa S10	2,70	108,00
34	Bucha com parafuso sextavado s8	2,50	85,00
60	Metros mangueira cristal 5/8 x 2mm	13,00	780,00
1	Ampola de gas R32 9,5kg	1348,00	1348,00

Total orçado

R\$ 6.536,50

Orçamento valido por 30 dias

Corumbá, 22 de fevereiro de 2024



Fls: 10

*[Handwritten Signature]*

Rubrica

Excluído

(<https://www.megaarstore.com.br/carrinho/produto/252991062/remover>)

 **Calcular**

❓ Não sei meu CEP ([https://www.megaarstore.com.br/nao\\_sei\\_o\\_cep/](https://www.megaarstore.com.br/nao_sei_o_cep/))

☐ 9 dias úteis R\$ 62,36 Correios PAC

Ⓢ 5 dias úteis R\$ 121,05 Correios SEDEX

Total: **R\$ 514,52**

via Pix por R\$ 502,72 com 3% de desconto  
ou em até 10x de R\$ 64,69

Continuar comprando (<https://www.megaarstore.com.br/>)

✓ Finalizar compra

Mega Ar Store Comercio De Aparelhos De Ar Condicionado E Acessor - CNPJ: 40.688.765/0001-80 © Todos os direitos reservados. 2024  
R. Chile, 1772 - Rebouças, Curitiba - PR

**Desenvolvimento:**

groomb  
(<https://groomb.com.br>)

Plataforma:

 **loja integrada**   
(<https://groomb.com.br/criar-loja>)



1 Carrinho >> 2 Entrar



Carrinho de Compras



Produto	Quantidade	Valor
Gás Refrigerante R32 3kg - 43920	- 1 + 	R\$ 443,65 no PIX

[Voltar as compras](#)

Resumo da compra

Produtos R\$ 443,65

Entrega R\$ 45,03

Frete: para [Alterar](#)

**Ladário/MS**

Entrega : 12 a 13

Smart2c dia(s) úteis

[Ver outras opções de transportadora](#)

[Adicionar Cupom](#)

R\$ no  
488,68 PIX  
**Total** até  
12x de R\$  
42,67

Todas as formas de pagamento

**Finalizar compra**

Atendimento

Segunda à sexta das 8h às 12h e das 13:30h às 18h

(47) 3522-4949

(47) 98807-4671

[sac@artechrefrigeracao.com.br](mailto:sac@artechrefrigeracao.com.br)

Formas de pagamento



**PROCON**

Para reclamações, clique aqui.

M A C CARLESSO ELETRO LTDA - CNPJ: 26.074.486/0002-87 Endereço: Rodovia BR-470, nº 13901 - Sala 02, Bairro Pamplona - Rio do Sul/SC - CEP 89.164-330  
[www.lojaartech.com.br](http://www.lojaartech.com.br) © Todos os direitos reservados

DESENVOLVIDO POR  
**Magazord**  
DIGITAL COMMERCE

Fale conosco

**ORIGINAL STORE LTDA**

**21.503.403/0001-23**

**RUA 13 DE JUNHO, N° 794**

**Corumbá-MS**

**TEL:3231-3012 / WHATS: 99830-3012**



**ORÇAMENTO PARA: HOTEL DE TRANSITO DA MARINHA**

QUANT	PRODUTOS	VALOR UNITARIO	TOTAL
30	Lençol avulso c/elástico	RS139,90	RS4.197,00
30	Fronhas teka 100% algodão	RS17,90	RS537,00
20	Pisos para banheiro	RS19,90	RS398,00
30	Toalhas de Rosto promocional	RS13,90	RS417,00
01	Pillow	RS679,90	RS679,90
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>RS\$6.228,90</b>

CASAL

TABETE

**OBS: Produtos pode ter alterações nos valores.**

**VENDEDORA: APARECIDA**

**CORUMBÁ-MS, 04/03/24**



amazon.com.br

A entrega será feita em Bela Vista 01319900

Atualizar local

Todos

Pesquisa Amazon.com.br

Olá, faça seu login

Contas e Listas

Devoluções e Pedidos

1

Todos

Venda na Amazon

Mais Vendidos

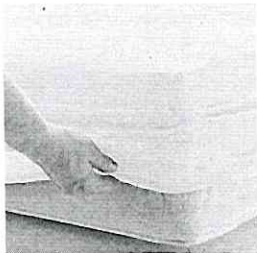
Ofertas do Dia

Prime

Livros

Cartão Amazon | Peça hoje o seu

Carrinho de compras



Lençol Avulso Super King  
C/elástico 200 Fios 100% Algodão

Em estoque

Vendido por: RAFALORO ENXOVAIS

Opções de presente indisponíveis. Saiba mais

Cor: Branco

Qtd: 1

Excluir

Salvar para mais tarde

Compartilhar

Lençol Avulso Com Elástico Tecido 100% Algodão Malha 30/1 Fio Pe... foi removido de Carrinho de compras.

Subtotal (1 produto): R\$ 107,90

Subtotal (1 produto): R\$ 107,90

Fechar pedido

Os clientes que compraram os itens que se encontram em seu histórico recente também compraram

- Kit Varão Eco Europa  
Alongado Imbuia...

★★★★☆ 133

R\$ 49,37

Adicionar ao carrinho
- Detergente Em Pó Para  
Cafeteira Express...

★★★★☆ 27

R\$ 21,27

Adicionar ao carrinho
- CJ.C/6 ELEM.FILTRAN.  
AGUA CAFETEIRA

★★★★☆ 10

R\$ 146,46

Adicionar ao carrinho
- Papel Sulfito A4, HP  
Premium, 90g, Branco...

★★★★☆ 769

R\$ 41,50

Adicionar ao carrinho

Seus itens recentes

Página 1 de 2

- Lençol Avulso Super Ki...

★★★★☆ 2

R\$107,90

Veja todas as opções
- Lençol Avulso Super Ki...

★★★★☆ 2

R\$107,90

Frete GRÁTIS

Adicionar ao carrinho
- Chamex Papel A4, 210 ...

★★★★☆ 5.235

R\$37,93

Adicionar ao carrinho
- Varal De Chão Com Ab...

★★★★☆ 1.701

R\$95,00

Entrega em abr 2 - 4

Frete por R\$ 24,23

Adicionar ao carrinho
- Varal De Chão

★★★★☆

R\$59,00

Entrega em abr

Frete por R\$ 22

Adicionar ao carrinho

Os clientes que viram os produtos em seu histórico de navegação também viram

**VIDRAÇARIA VIDROBOX**

CNPJ: 36.807.238/0001-70  
RUA D. AQUINO CORRÊA, 1712- FONE (67) 3231-7717  
CORUMBÁ - MS  
**VENDEDOR GABRIEL CAMARGO**

**PROPOSTA Nº 31640****TÍTULO Nº Rubrica****DATA 11/12/2023****REPRESENTANTE**

Nome : 168COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL

Endereço : AVENIDA 14 DE MARÇO Nº 0 CENTRO LADÁRIO 79370000

Complemento:

Contato : CNPJ/CPF 00.394.502/0051-0: RG/IE:

Obra : Telefones: 32341004

**PROPOSTA**

Pend Vencido Valor Observação

ÍTEM	COR	DESCRIÇÃO	QTDE (S)	VAL.UN	VALOR TOTAL
JNLBLIN	FUME-FUMÊ	JANELA BLINDEX 1,20X1,50 8MM FUMÊ - 2FOLHAS - ALUMINIO FOSCO	2un.	1.500,00	3.000,00

SUB-TOTAL DE 2 R\$ 3.000,00

ÍTEM	COR	DESCRIÇÃO	QTDE (S)	VAL.UN	VALOR TOTAL
VT10 MM	INC-INCOLC	VIDRO TEMPERADO 10 MM - BLINDEX	0,36M²	980,00	352,80
			1x (L600 X A600)		

VT10 MM	INC-INCOLC	VIDRO TEMPERADO 10 MM - BLINDEX	0,36M²	980,00	352,80
			vidro redondo 10mm inc	1x (L600 X A600)	

SUB-TOTAL DE 0,36 R\$ 705,60

SUB-TOTAL PROJETO R\$ 3.705,60

36.807.238/0001-70  
P.E.S. FREITAS & CIA. LTDA

1888



TERMO DE GARANTIA DE INSTALAÇÃO DE VIDROS TEMPERADOS!  
O CLIENTE DECLARA NESTE MOMENTO ESTAR CIENTE DE QUE; A GARANTIA QUE  
É DADA EM GERAL PARA INSTALAÇÃO DE VIDROS TEMPERADOS;  
REFERE-SE SOMENTE, NO TOCANTE AO FUNCIONAMENTO. ESTA GARANTIA PORT  
ANTO NÃO ABRANGE QUEBRA DE VIDRO; A NÃO SER QUE SEJA  
COMPROVADO FALHA DA TEMPERA; A QUAL DEVERÁ ASSUMIR A REPOSIÇÃO.  
NÃO HÁ GARANTIA DE VEDAÇÃO EM VIDRO TEMPERADO, QUANDO ESTE FOR; PORTA  
DE GIRO, JANELA PIVOTANTE, BASCULANTE, OU MAXIM-AR. VISTO QUE EST  
ES MODELOS NECESSITAM DE FÓLGA PARA SEU FUNCIONAMENTO.

Valor Total R\$ 3.705,60  
Valor Desconto R\$ 0,00  
Bonificação R\$ 0,00  
Valor Final R\$ 3.705,60

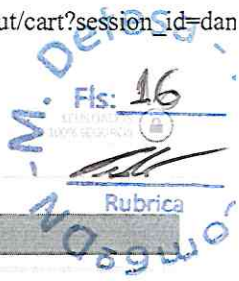
VENDEDOR: GABRIEL CAMARGO

COMANDO DO 6º DISTRICTO NAVAL

**Prazo para colocação  
15 dias úteis**

Após confirmação da medida final

36.897.238/0001-70  
P.E.S. FREITAS & CIA Ltda



Bella Brasil

Meu carrinho

Continuar



Tampo De Vidro Redondo Incolor Temperado 8mm  
Ref. 12450\_25972  
Tampo Vidro Temperado 8mm  
Medida 0.60mt  
Marca: 133 - Bella Brasil Decor

1 +

R\$ 129,38

Frete

Ladário - MS  
79370-000

Alterar CEP

Selecione uma forma de envio abaixo:

<input checked="" type="checkbox"/>	<b>CORREIOS PAC</b> Previsto para 04/04/2024 até 05/04/2024	R\$ 77,40
<input type="checkbox"/>	<b>Tnt Transportadora TNT</b> 29 Dias úteis -- Após a confirmação do pagamento (VINDI).	R\$ 126,76
<input type="checkbox"/>	<b>Atual Cargas</b> 33 Dias úteis -- Após a confirmação do pagamento (VINDI).	R\$ 237,90

[Ver detalhes das formas de envio](#)

Resumo do pedido

Subtotal	R\$ 129,38
Frete (CORREIOS PAC)	R\$ 77,40
Total do pedido	<b>R\$ 206,78</b> <small>R\$ 193,84 no boleto com desconto ou 12x sem juros de R\$ 17,23 no cartão de crédito</small>

Possui cupom? Utilize-o na página de pagamento e aproveite!

Continuar

Escolher mais produtos

ATENDIMENTO

(11) 4858-2484

sac@bellabrasildecor.com.br

Atendimento Loja - Segunda a Sexta Feira - 9:00 às 19:00 Sábado das 10:00 às 17:00 Telefone e Whatsapp: (11) 4858-2484

SEGURANÇA



"BELLA BRASIL DECOR, FUNDADA EM 2010, TRAZ CONSIGO A PAIXÃO E EXPERIÊNCIA DE ANOS NO MERCADO DE DECORAÇÕES, DESIGN E ARQUITETURA. NOSSO COMPROMISSO É PROPORCIONAR SOLUÇÕES PRÁTICAS E INTELIGENTES PARA SEUS PROJETOS. ENQUANTO NOS ESPECIALIZAMOS NA CRIAÇÃO DE MESAS ESPECIAIS E UMA AMPLA GAMA DE CADEIRAS, ABRANGENDO DESDE O CLÁSSICO ATÉ O CONTEMPORÂNEO, INCLUINDO OPÇÕES COM ESTILO INDUSTRIAL AO MODERNO. CONTE CONOSCO PARA TRANSFORMAR SUA VISÃO EM REALIDADE E TORNAR SEUS AMBIENTES IRRESISTIVELMENTE DESEJÁVEIS."

TECNOLOGIA TRAYCOMMERCE





# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

Número da Pesquisa: 15/2024  
UASG: 786000  
Status: Concluída  
Editado por: PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA

Título: Dispensa materiais de manutenção HTMLa

Observações:

Total de itens cotados: 4  
Valor total da pesquisa de preços: R\$ 1.698,4842

### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
603589 - Gás Refrigerante Tipo: R32 , Apresentação: Botija De 3,0 Kg , Elemento Básico: Odp Zero, 1/3 Do Gwp Dos Refrigerantes R22 E R410a , Características Adicionais: Baixa Inflamabilidade E Baixa Toxicidade	Unidade	1

### Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 56,8689%
R\$ 0,1100	R\$ 497,4842	R\$ 523,2800	Desvio Padrão: 282,9136
			Maior Preço: R\$ 1.090,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 235,0000	14/11/2023	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 10,1000	05/10/2023	Não
3	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 35,9900	26/09/2023	Não
4	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 59,9900	25/09/2023	Não
5	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 557,5600	25/09/2023	Sim
6	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 659,9900	25/09/2023	Sim
7	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 779,9700	25/09/2023	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 165,0000	20/09/2023	Não
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 336,4700	15/09/2023	Sim

10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 30,0000	21/08/2023	Não
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	300000	Unidade	R\$ 0,1100	15/08/2023	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 275,0000	14/08/2023	Sim
13	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 254,7600	10/07/2023	Sim
14	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 489,0000	30/06/2023	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 694,9700	19/06/2023	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 596,9800	19/06/2023	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.090,0000	14/04/2023	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
470252 - Revestimento Piso Material: Cerâmica , Aplicação: Pisos Em Geral , Largura: 45 CM, Comprimento: 45 CM, Espessura: 6,5 MM, Acabamento: Acetinado , Cor Básica: Cinza	Caixa 3,15 Metro Quadrado	18
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
Nenhuma cotação encontrada/realizada para o item							

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
486675 - Vidro Temperado Espessura: 6 MM, Cor: Preto , Transmittância: Opaco , Aplicação: Tampo De Mesa , Características Adicionais: Liso E Bordas Lapidadas , Diâmetro: 1,20	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,0000	R\$ 1,0000	R\$ 1,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 0,0000% Desvio Padrão: 0,0000 Maior Preço: R\$ 1,0000		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 1,0000	19/03/2024	Não
2	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 50.000,0000	14/11/2023	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

3	I	gov.br	151000	Unidade	R\$ 1,0000	03/10/2023	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75000	Unidade	R\$ 1,0000	11/09/2023	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	168000	Unidade	R\$ 1,0000	11/09/2023	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	138012	Unidade	R\$ 1,0000	31/07/2023	Não
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	30646	Unidade	R\$ 1,0000	31/07/2023	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	40618	Unidade	R\$ 1,0000	31/07/2023	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	37983	Unidade	R\$ 1,0000	31/07/2023	Não
10	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 319.606,0000	30/05/2023	Não

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

#### Descrição do item

485347 - "Lençol Cama" Material: 100% Algodão , Comprimento: 2,50 M, Largura: 1,60 M, Cor: Branca , Características Adicionais: Sem Elástico

#### Unidade de Fornecimento

Unidade

#### Quantidade

10

#### Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 111,0000

Média

R\$ 130,5460

● Mediana

R\$ 120,0000

Coefficiente de Variação: 13,2877%

Desvio Padrão: 17,3466

Maior Preço: R\$ 152,9300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 35,0000	06/03/2024	Não
2	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 24,5000	09/01/2024	Não
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	4612	Unidade	R\$ 23,0000	18/12/2023	Não
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1533	Unidade	R\$ 23,0000	18/12/2023	Não
5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 42,0200	28/11/2023	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 50,9800	21/11/2023	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 42,0000	06/11/2023	Não
8	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	58522	Unidade	R\$ 35,0000	31/10/2023	Não
9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	128	Unidade	R\$ 58,0000	31/10/2023	Não
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 41,5000	23/10/2023	Não
11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	667	Unidade	R\$ 17,0000	09/10/2023	Não
12	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	667	Unidade	R\$ 12,4300	09/10/2023	Não
13	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	96	Unidade	R\$ 42,0000	02/10/2023	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 29,0000	22/09/2023	Não
15	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 27,7000	21/09/2023	Não
16	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2483	Unidade	R\$ 34,7000	20/09/2023	Não



17		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 14,0000	19/09/2023	Não
18		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 34,9500	18/09/2023	Não
19		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 33,1600	06/09/2023	Não
20		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 152,9300	29/08/2023	Sim
21		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 23,0000	17/08/2023	Não
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 149,9000	11/08/2023	Sim
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 55,0000	31/07/2023	Não
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 55,0000	31/07/2023	Não
25		UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 25,0000	19/07/2023	Não
26		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 33,9000	03/07/2023	Não
27		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 9,2000	07/06/2023	Não
28		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 9,5000	07/06/2023	Não
29		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 48,0000	17/05/2023	Não
30		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 48,0000	17/05/2023	Não
31		COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 41,6000	17/05/2023	Não
32		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 36,2000	05/05/2023	Não
33		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 24,4300	05/05/2023	Não
34		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 27,0000	05/05/2023	Não
35		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 35,0000	05/05/2023	Não
36		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 32,0300	25/04/2023	Não
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 111,0000	11/04/2023	Sim
38		PREFEITURA DE SARANDI / PR - Compras.gov.br	260	Unidade	R\$ 47,9500	10/04/2023	Não
39		PREFEITURA DE SARANDI / PR - Compras.gov.br	260	Unidade	R\$ 47,9000	10/04/2023	Não
40		PREFEITURA DE SARANDI / PR - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 36,5000	10/04/2023	Não
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 118,9000	06/04/2023	Sim
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 120,0000	06/04/2023	Sim
43		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	140	Unidade	R\$ 21,0100	03/04/2023	Não
44		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	570	Unidade	R\$ 31,7500	28/03/2023	Não
45		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	362	Unidade	R\$ 30,3867	28/03/2023	Não
46		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	1088	Unidade	R\$ 29,8900	28/03/2023	Não
47		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	540	Unidade	R\$ 25,9000	28/03/2023	Não
48		PREFEITURA DE LONDRINA - PR - Compras.gov.br	1620	Unidade	R\$ 25,9200	28/03/2023	Não
		PRESIDENCIA DA REPUBLICA -					

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 20/03/2024 19:03

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 6º DISTRICTO NAVAL**  
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

(Art. 72, inciso VIII, Lei 14.133/2021)

Solicito ao Sr. autorização para abertura do Processo nº 62051.001410/2024-13, para subsidiar a **aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampo de mesa**, fim atender às demandas do Comando do 6º Distrito Naval, com prazo de vigência da contratação de 2 (dois) meses contados da data de **publicação no PNCP** e assinatura da **nota de empenho**.

Justifica-se a demanda, virtude atender a demanda do Comando do 6º Distrito Naval, pois o HTMLa recebe anualmente aproximadamente 300 hóspedes, e atualmente está realizando uma reforma visando ampliação dos quartos e melhoria no atendimento aos hóspedes. Além disso no salão nobre do HTMLa ocorrem eventos institucionais em que são empregadas mesas bistrôs, e devido a quebra de uma delas, surgiu a necessidade da compra de tampão de vidro. Decorrente da reforma surgiu a necessidade de instalação de 6 ares-condicionados de 12.000BTU. Outro ponto relevante é a necessidade de troca de roupa de cama para as camas de casal, pois as mesmas foram utilizadas por tempo considerável, apresentando desgastes e manchas. Além disso inexistente ata vigente para contratação, entende-se como exequível a publicação do **Aviso de Contratação Direta com Dispensa de Licitação com disputa**. Ademais, ressalta-se que foi realizada pesquisa mercadológica comprovando-se à exequibilidade do preços.

A indicação da dotação orçamentária conforme Documento de Formalização de Demanda.

Ladário, MS, 21 de março de 2024.

**SOLICITANTE:**

EDUARDO VEADRIGO VILASANTE

Cabo (AR)

Responsável pela Área Demandante

**AUTORIZO:**

PIETRO PIACENTINI JUNIOR

Capitão de Mar e Guerra

Ordenador de Despesas

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA  
MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL



Processo Administrativo: 62051.001410/2024-13

**TERMO DE REFERÊNCIA COMPRAS DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampão de mesa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação ocorrerá por item.

Item	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	376452	Materiais para instalação/manutenção dos ares-condicionados, conforme detalhado no item 1.3 deste instrumento.	UN	01	R\$ 4.563,50	R\$ 4.563,50
2	603589	Gás Refrigerante Tipo: R32 Apresentação: Botija De 3,0 Kg. Elemento Básico: Odp Zero, 1/3 Do Gwp Dos Refrigerantes R22 E R410a Características Adicionais: Baixa Inflamabilidade E Baixa Toxicidade (Similar ao Gás Refrigerante R32 Cilindro De 3KG - G166826 - EOS)	UN	01	R\$ 500,23	R\$ 500,23
3	485347	Lençol de casal com Elástico na cor branca, acima de 200 fios (mais durável), 100% algodão medindo 1,98M de comprimento x 1,58M de largura	UN	10	R\$ 122,60	R\$ 1.226,00
4	486675	Vidro Temperado Blindex, formato	UN	01	R\$ 279,79	R\$ 279,79

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: Dezembro/2023  
Termo de Referência Aquisições - Contratação Direta  
Aprovado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão



## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

		circular, 10mm de espessura, Diâmetro 0,6m para mesa bistrô.				
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 6.569,52</b>

1.3. A empresa contratada deverá fornecer os materiais do item 1 do item 1.2 deste instrumento, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD
1	Tubo de cobre ¼	M	38
2	Tubo de cobre 3/8	M	21
3	Tubo de cobre ½	M	17
4	Barra isotubo ¼	M	19
5	Barra de isotubo 3/8	M	11
6	Barra de isotubo de ½	M	09
7	Cabo pp 4x2, 5mm	M	44
8	Fita PVC 10mt x 100mm	M	10
9	Bucha s10 com parafuso sextavado e arruela lisa	UN	40
10	Bucha s8 com parafuso sextavado	UN	34
11	Mangueira cristal 5/8x2mm	M	60

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: Dezembro/2023

Termo de Referência Aquisições – Contratação Direta

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão



#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. SUBCONTRATAÇÃO**

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.2.1 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias contados da emissão do empenho, em remessa única.

5.1.2 . Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. 14 de Março s/n - Ladário-MS - CEP: 79370-000 – Comando do Sexto Distrito Naval.

##### **5.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

##### **6.6. FISCALIZAÇÃO**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

##### **6.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II):

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### 6.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



## 6.9. GESTOR DO CONTRATO

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. RECEBIMENTO

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: Dezembro/2023

Termo de Referência Aquisições – Contratação Direta

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.3.1. o prazo de validade;
- 7.3.2. a data da emissão;
- 7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.3.5. o valor a pagar; e
- 7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 8. PRAZO DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## 9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**10. CESSÃO DE CRÉDITO**

10.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

10.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

10.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

10.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei n.º 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de (MENOR PREÇO POR ITEM).

**12. FORMA DE FORNECIMENTO**

12.1. O fornecimento do objeto será integral.

**13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

13.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

13.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

13.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**14. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

14.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



14.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

14.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

14.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 15. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2. . Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.3. . Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.4. . Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.5. . Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 15.6.. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.7.. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.8.. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.9.. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.569,52 conforme custos unitários apostos na tabela acima.


## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União:
- 17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 17.2.1. Ação Interna Z4C35LA;
  - 17.2.2. Fonte de Recursos (FR) 10000000000;
  - 17.2.3. Natureza de Despesa (ND) 339030;
  - 17.2.4. Programa de Trabalho (PTRES) 174672;

## 18. ANEXOS:

- 18.1. Anexo 1 – Documento de Formalização de Demanda.

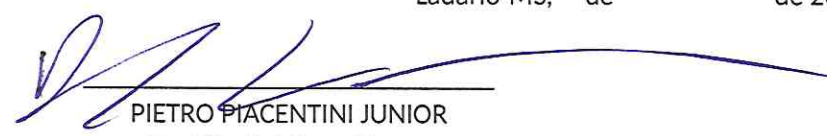
Ladário-MS, 21 de março de 2024.

  
PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA  
Primeiro-Tenente (IM)  
Agente de Contratação

  
EDUARDO VEADRIGO VILASANTE  
CB-AR  
Responsável pela Área Demandante

## APROVAÇÃO

Ladário-MS, de de 2024.

  
PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesa







**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FRACIONAMENTO DE DESPESA**  
**Processo Administrativo: 62051.001410/2024-13**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº     /2024, do Com6ºDN.**

**Objeto:** A aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampão de mesa.

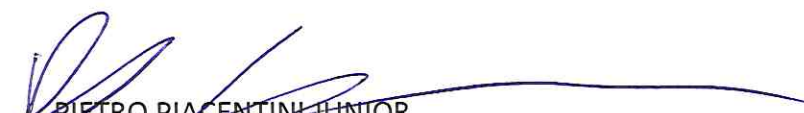
Declaro que, no processo em tela, não existem despesas realizadas no ano corrente nos PDM desta contratação. Dessa forma respeita-se o limite de dispensa previsto no artigo 75º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e no inciso II, § 2º, art. 4º da IN 67/2021 da SEGES, considerando-se o somatório do que for gasto por exercício financeiro com objetos de mesma natureza (contratações do mesmo ramo de atividade):

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

Ladário, MS, 21 de março de 2024

  
PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA  
Primeiro-Tenente (IM)  
Agente de Contratação

Ladário, MS, 22 de março de 2024

  
PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Ordenador de Despesa





**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**

03.11/089.4.01



**PORTARIA Nº 70/Com6ºDN, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**O COMANDANTE DO 6º DISTRITO NAVAL**, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 8º da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Designar, para exercer a Função de Agente de Contratação, o 1ºTen (IM) 13.0348.63 PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA, e como seus substitutos, o 2ºSG-AM 08.0295.04 RENAN PEREIRA DE SENA e o 3ºSG-FN-IF 08.0595.86 MAYCON SANTOS DE SOUSA.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 128, de 17 de maio de 2023, deste Comando.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Por ordem:

PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Chefe-Geral dos Serviços  
ASSINADO DIGITALMENTE

Distribuição:  
CelMLa  
DN-03.11  
DN-03.12  
Arquivo



MARINHA DO BRASIL

COMANDO DC-6º DISTRITO NAVAL

03.11/089.4



PORTARIA Nº 218/Com6ºDN, DE 14 DE JULHO DE 2023.

O COMANDANTE DO 6º DISTRITO NAVAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na alínea d, do inciso 1.4.2, da SGM-301 (9ª Revisão), resolve:

Art. 1º Exonerar da Função de Ordenadora de Despesas do Comando do 6º Distrito Naval, a partir da presente data, a CMG (S) 06.4751.59 LIA ANDREA BARBATO TAFAREL, CPF nº 773.234.911-34.

Art. 2º Nomear na Função de Ordenador de Despesas do Comando do 6º Distrito Naval, a partir da presente data, o CMG 86.9766.72 PIETRO PIACENTINI JUNIOR, CPF nº 035.924.967-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

IUNIS TÁVORA SAID  
Contra-Almirante  
Comandante

Distribuição:

BFLa, CCIMAR, CeIMLa, DFM, DN-02, DN-02.1, DN-03, DN-03.10, DN-03.11, DN-03.12, DN-03.20, DN-03.30, DN-10, DN-20, DN-30, DN-40 e Arquivo.



MARINHA DO BRASIL



COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL

03.11/221

PORTARIA Nº 75/Com6ºDN, DE 11 DE MARÇO DE 2024.

O COMANDANTE DO 6º DISTRITO NAVAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no inciso III, art. 21º, da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Designar, na forma do anexo que a esta acompanha, os militares para comporem a Equipe de Planejamento dos processos licitatórios deste Comando.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 295, de 12 de setembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Por ordem:

PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
Capitão de Mar e Guerra  
Chefe-Geral de Serviços

ASSINADO DIGITALMENTE

Distribuição: CeIMLa, DN-01.1, DN-01.2, DN-01.3, DN-01.5, DN-01.6, DN-02, DN-02.1, DN-03.11, DN-03.12, DN-03.13, DN-03.20, DN-03.30, DN-10, DN-20, DN-30, DN-40, DN-50, DN-60, DN-01.10, Arquivo.



**MARINHA DO BRASIL**

**COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL**

**MILITARES COMPONENTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**I) Gabinete do Com6ºDN/Secretaria do CEM:**

1º SG-ES 03.0178.34 JOÃO VITOR CARDOSO CAIBRO;  
3º SG-FN-ES 09.1209.12 FELIPE SILVA EGG; e  
CB-FN-ES 12.1609.97 YURI MARTINS SCHRAM.

**II) Assessoria de Comunicação Social (DN-01.3):**

1º Ten (RM2-T) 18.0885.03 MELINA AITA ISQUIERDO; e  
CB-RM2-CL 23.3821.21 OTAVIO HENRIQUE GONÇALVES QUIRINO.

**III) Patrimônio Imobiliário (DN-01.5):**

1º Ten (RM2-T) 22.1970.28 ELIENNE DA SILVA FERNANDEZ; e  
SO-RM1-ES 83.4738.74 MARCOS ANTONIO PICCININ.

**IV) Centro Local de Tecnologia da Informação (DN-01.6):**

1º Ten (T) 85.1104.18 CLAUDIA BARCELOS DE AQUINO;  
2º Ten (RM2-T) 95.1468.06 DOUGLAS CORTEZ ALVES;  
SO-AV 96.1143.98 DANIEL NELSON DA SILVA;  
1º SG-PD 01.1210.73 NEUZA CORREIA DA SILVA; e  
3º SG-TC 11.1131.11 PAULO GUILHERME DA SILVA AMBRÓSIO.

**V) Núcleo de Polícia Judiciária Militar (DN-02.1):**

1º Ten (RM2-T) 21.4193.29 JÉSSICA MARLA NAPOLEÃO SOUZA; e  
3º SG-MI 12.1331.67 FERNANDO GOULART DO NASCIMENTO.

**VI) Divisão de Intendência (DN-03.11):**

1º Ten (RM2-T) 21.4192.21 ÉRIKA ZABALA GOMES;  
1º Ten (IM) 13.0348.63 PEDRO PHILLIP SOUZA DA COSTA;  
1º SG-MO 02.1323.71 EDWANDERSON MONACO LOPES;  
2º SG-BA 05.0344.85 KLEBER CAMPOS DE FREITAS;  
2º SG-AM 08.0295.04 RENAN PEREIRA DE SENA;  
2º SG-TTC-AR 86.2914.67 WILSON PEDRO MARQUES LONTRA;  
3º SG-FN-IF 07.3668.17 SAMUEL MOREIRA CHALEGA;  
3º SG-FN-IF 08.0595.86 MAYCON SANTOS DE SOUSA;  
3º SG-PL 12.0165.60 RODOLFO FELIX RODRIGUES FERREIRA;  
3º SG-PL 13.0336.62 MAURICIO RODRIGUES MALHEIROS;  
CB-AR 05.0654.45 EDUARDO VEADRIGO VILASANTE;  
CB-CL 17.0812.11 MARIA ARIADNA GOMES MELO;  
CB-RM2-AD 15.1339.66 JOSILAINE DA SILVA MONTEIRO SCHUMAKER; e  
CB-RM2-CL 22.3719.23 FRANCYLENE TORNACIOLI REIS SAAB.



**VII) Divisão de Pessoal (DN-03.12):**

3º SG-FN-IF 09.0524.11 LUAN FELIPE OLIVEIRA ALVES; e  
CB-RM2-AD 16.1444.06 JAYNE ANDRADE DE JESUS.

**VIII) Divisão de Serviços Gerais (DN-03.13):**

SO-MO 97.0205.24 TONY RIBEIRO DE MORAIS;  
3º SG-AM 08.0173.95 GABRIEL RODRIGUES MENDES JUNIOR;  
3º SG-TE 15.1614.21 GUILHERME DA SILVA ALVES;  
CB-RM2-AD 10.0722.41 VÂNIA CRISTINA M. DE SANTANA DOS SANTOS; e  
MN-RM2 17.1317.15 JULIO CESAR VIANA.

**IX) Serviço de Recrutamento Distrital (DN-03.20):**

1º Ten (RM2-T) 08.0854.47 JAQUELINE DOS SANTOS M. DE OLIVEIRA WERNECK;  
SO-MC 95.1123.91 JOILSON CHARUPÁ; e  
SO-RM1-FN-IF 85.2391.35 RINALDO MATTOS DE FREITAS.

**X) Núcleo de Assistência Social (DN-03.30):**

CT (T) 15.0918.48 SUZANA LOPES DE LIMA; e  
CB-RM2-AD 85.8353.66 ALIESLAINE RAMONA PESSOA.

**XI) Seção de Organização (DN-10):**

3º SG-AD 15.1616.84 LUANA DE MIRANDA PACHECO; e  
CB-RM2-AD 06.9855.99 ELAINE OLIVEIRA TOSTA.

**XII) Seção de Inteligência (DN-20):**

1º Ten (AA) 97.0143.71 FERNANDO PATRÍCIO PEREIRA;  
2º SG-CA 95.0143.14 SÉRGIO NASCIMENTO DA SILVEIRA OSINAGA; e  
2º SG-MI 10.1243.73 LUIS CARLOS RODRIGUES DE ARAÚJO JUNIOR.

**XIII) Seção de Operações (DN-30):**

SO-OR 96.0208.65 ERNANDE LIMA DOS SANTOS JUNIOR;  
3º SG-HN 09.0085.51 BRUNO VANI DE SOUZA; e  
3º SG-AE 11.1106.94 FELIPE HENRIQUE WOOLLEY DE SOUZA.

**XIV) Seção de Logística (DN-40):**

3º SG-ES 07.4534.77 EDNALDO RAMOS DA SILVA; e  
CB-RM2-AD 21.0166.23 CRISTIANA FÁTIMA RODRIGUES.

**XV) Seção de Assuntos Marítimos (DN-50):**

1º SG-CN 00.0570.70 LUIZ EDUARDO FERREIRA GONZAGA.

**XVI) Seção de Inteligência Marítima (DN-60):**

2º SG-MR 07.3518.44 ALEXANDER DO ESPÍRITO SANTO.



Continuação do anexo, da Port nº 75/2024, do Com6ºDN.

**XVII) Sede do Com6ºDN em Campo Grande:**

CMG (FN) 86.6337.24 ADRIANO DE OLIVEIRA CUNHA;

1º SG-HN 01.0265.69 MARCOS ANDRE DE ALMEIDA COSTA;

3º SG-ES 86.2629.21 PAULO ROBERTO FERREIRA BORDÓN JUNIOR; e

CB-EL 18.0063.88 YURI GONÇALVES RAMOS.

PIETRO PIACENTINI JUNIOR

Capitão de Mar e Guerra

Chefe-Geral dos Serviços

ASSINADO DIGITALMENTE

Aviso de  
**CONTRATAÇÃO  
DIRETA**

/2024

**CONTRATANTE (UASG)**

86000

**OBJETO**

A aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampão de mesa.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 6.569,52

**DATA DA SESSÃO**

De / /2024

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das h até h

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
4. FASE DE LANCES.....	6
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	7
6. HABILITAÇÃO.....	9
7. CONTRATAÇÃO.....	9
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

COMANDO DO 6º DISTRITO NAVAL  
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº /2024

(Processo Administrativo n.º 62051.001410/2024-13)



Torna-se público que o Comando do 6º Distrito Naval, por meio da Divisão de Intendência, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:**

**Horário da Fase de Lances:** : às :

**Link:**

**Critério de Julgamento:** menor preço

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1.O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais pertinentes à instalação dos ares-condicionados, roupa de cama, tampão de mesa., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1.Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2.O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1.O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2.O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





- 4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 4.3.O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.3.2.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,10 (dez centavos).
- 4.4.Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5.Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6.Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7.Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1.Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
  - 5.1.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2.Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3.Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4.Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 5.4.1.SICAF;



- 5.4.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6.Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
  - 5.6.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 5.6.2.O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 5.6.3.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7.Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8.Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.8.1.contiver vícios insanáveis;
  - 5.8.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.8.3.apresentar preços inexequíveis;
  - 5.8.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9.Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.9.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.9.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.



- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24h, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, como Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de ~~2~~... (01) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

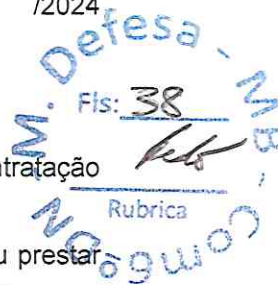
7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;



Ladário-MS, 22 de março de 2024.

  
 PIETRO PIACENTINI JUNIOR  
 Capitão de Mar e Guerra  
 Ordenador de Despesas



- 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. ANEXO I.1 – Documento de Formalização de Demanda.